



**Mensagem da Administração**

cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando a operação de uma loja própria é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Quando uma loja própria tem sua área de vendas ampliada em mais de 15%, as vendas dessa loja não são consideradas no cálculo até o 13º mês após a conclusão dessa expansão. **Lojas multimarcas:** A receita bruta na venda para lojas multimarcas cresceu 40,1%, passando de R\$38,3 milhões em 2009 para R\$53,6 milhões em 2010. Este crescimento ocorreu principalmente em função do aumento do número médio de clientes, refletindo o esforço da Companhia em ampliar esse canal de distribuição. **Outros:** Mudamos o critério de reconhecimento da receita obtida através de nossa revista Le Lis Blanc, nossa principal ferramenta de marketing para esta marca. Deixamos de reconhecer o aporte dos anunciantes como receita operacional e passamos a deduzi-lo de nossas despesas com o desenvolvimento da revista, dentro do grupo de despesas com vendas. Desta forma, as outras receitas passaram de R\$5,5 milhões em 2009 para R\$15,2 milhões em 2010, principalmente em função do início de ações de vendas de produtos de coleções anteriores através de: • Dois bazares extraordinários; • Quatro ações em clube privado de compras online; • Abertura de dois outlets. **Receita Operacional Líquida:** Nossa receita líquida cresceu 31,3%, passando de R\$267,3 milhões em 2009 para R\$351,1 milhões em 2010. Nossa receita líquida por metro quadrado passou de R\$17.508/m² em 2009 para R\$19.499/m² em 2010, representando um aumento de produtividade das lojas próprias de 11,4%. **Lucro Bruto:** Em 2010, nosso lucro bruto apresentou um crescimento de 34,7% em relação ao ano de 2009, passando de R\$171,6 milhões em 2009 para R\$231,1 milhões em 2010. Nossa margem bruta passou de 64,2% em 2009 para 65,8% em 2010, crescendo 1,7 pontos percentuais. O crescimento da margem bruta ocorreu devido aos aumentos de *mark-up* realizados ao longo de 2010. A Companhia alcançou crescimento de margem bruta a despeito dos impactos negativos abaixo: • Liquidações extraordinárias de estoques de coleções anteriores, através de bazares, outlets e clubes privados de venda online, nas quais os produtos foram vendidos com descontos; • Aumento da participação das vendas através da operação de atacado sobre a receita total, que passou de 9,6% em 2009 para 10,3% em 2010. A venda para clientes multimarcas apresenta margem bruta inferior àquela da venda através de lojas próprias. **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas:** Em 2010, continuamos a implementar iniciativas de melhorias operacionais e de redução de despesas. Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas reduziram 4,6 pontos percentuais (em relação à receita líquida), passando de 49,4% em 2009 para 44,7% em 2010. Nossas despesas com vendas (que incluem todas as despesas com pessoal e marketing da Companhia) reduziram 3,2 pontos percentuais (em relação a nossa receita líquida), passando de 34,6% (R\$92,5 milhões) em 2009 para 31,4% (R\$110,3 milhões) em 2010. Nossas despesas gerais e administrativas reduziram 1,4 ponto percentual (em relação a nossa receita líquida), passando de 14,7% (R\$39,4 milhões) em 2009 para 13,3% (R\$46,7 milhões) em 2010. **EBITDA e Margem EBITDA:** Em função das iniciativas implementadas ao longo de 2010, como aumentos de *mark-up* (que beneficiaram a margem bruta) e redução de despesas com vendas, gerais e administrativas, nosso EBITDA cresceu 162,3% em 2010, alcançando R\$74,0 milhões (contra R\$28,2 milhões em 2009). Comparando o EBITDA de 2010 com o EBITDA Ajustado de 2009 (excluindo custos e despesas extraordinários de 2009, divulgados para efeito de melhor comparabilidade com o resultado de 2008), o crescimento foi de 86,4% (R\$74,0 milhões em 2010 contra R\$39,7 milhões em 2009). A margem EBITDA alcançou 21,1% em 2010, comparado a 10,6% em 2009 (ou 14,9%, considerando o EBITDA Ajustado de 2009).

(em R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2009	2010	Var % 2010/2009
Lucro Líquido	6.643	37.055	457,8%
(+) Despesas financeiras, líquidas	4.469	4.856	8,7%
(+) Imposto de renda e contribuição social	4.173	18.939	353,8%
(+) Depreciação e amortização	12.935	13.172	1,8%
EBITDA	28.220	74.022	162,3%
Margem EBITDA	10,6%	21,1%	10,5 p.p.
(+) Custos e Despesas extraordinárias	11.482	-	NA
EBITDA ajustado	39.702	74.022	86,4%
Margem EBITDA ajustado	14,9%	21,1%	6,2 p.p.

Nosso EBITDA de 2009 foi ajustado, em 2010, para mudança de critério contábil no reconhecimento de contratos de aluguel que passam a ser feitos em base linear de acordo com o CPC 06, no valor de R\$0,2 milhão. **Depreciação, Amortização e Resultado Financeiro:** Nossas despesas com depreciação e amortização passaram de R\$12,9 milhões em 2009 para R\$ 13,2 milhões em 2010, principalmente em função da mudança do prazo de depreciação de alguns ativos imobilizados, decorrentes do levantamento físico e avaliação da vida útil remanescente dos bens imobilizados, efetuados pela Companhia, com data-base 31 de dezembro de 2009, de forma a atender às novas práticas contábeis vigentes. Nossa despesa financeira líquida passou de R\$4,5

milhões em 2009 para R\$4,9 milhões em 2010, principalmente em função do crescimento das despesas com comissões pagas aos adquirentes e administradores de cartões de crédito, em virtude do crescimento das vendas através de lojas próprias. **Lucro Líquido do exercício:** Nosso lucro líquido cresceu 457,8% em 2010, alcançando R\$37,1 milhões (contra R\$6,6 milhões em 2009). Comparando o lucro líquido de 2010 com o lucro líquido ajustado de 2009 (excluindo custos e despesas extraordinários de 2009, assim como o impacto dos impostos sobre os mesmos, divulgados para efeito de melhor comparabilidade com o resultado de 2008), o crescimento foi de 160,6% (R\$37,1 milhões em 2010 contra R\$14,2 milhões em 2009). A margem líquida alcançou 10,6% em 2010. Considerando R\$4,9 milhões de economia tributária decorrente de ágios, nosso lucro líquido com benefício fiscal totalizou R\$42,0 milhões em 2010 (comparado a R\$18,8 milhões em 2009, considerando o lucro líquido ajustado com benefício fiscal). Com a incorporação de três controladas adquiridas no processo de substituição de lojas licenciadas por lojas próprias, no 3Q/09, passamos também a aproveitar o benefício fiscal da amortização do ágio constituído na aquisição. Vale ressaltar que nosso lucro líquido foi impactado pela elevada depreciação e amortização (despesas sem efeito caixa), resultante do alto número de lojas próprias adicionadas desde 2008. A tabela abaixo mostra o lucro líquido, os ajustes para o lucro líquido de 2009 e o benefício fiscal dos ágios:

	2009	2010	Var % 2010/2009
Lucro Líquido	6.643	37.055	457,8%
(+) Custos e Despesas extraordinárias	11.482	-	NA
(+) IR sobre despesas extraordinárias	(3.904)	-	NA
Lucro Líquido ajustado	14.221	37.055	160,6%
(+) Amortização do benefício fiscal do ágio	4.604	4.896	6,3%
Lucro Líquido ajustado com benefício fiscal	18.825	41.951	122,8%
% Receita Líquida	7,0%	11,9%	4,9 p.p.

**Capitalização e Liquidez:** Ao final de 2010 possuíamos dívida líquida no valor de R\$14,8 milhões. Nosso caixa líquido decresceu R\$39,4 milhões do final do exercício de 2009 para o final de 2010, em função de: • R\$10,7 milhões de distribuição de dividendos (sendo R\$10,2 milhões dividendos intercarrados referentes ao resultado acumulado até 30 de setembro de 2010); • R\$20,0 milhões de redução de capital, pagos aos acionistas em dezembro de 2010; • R\$7,4 milhões referentes a recompra de ações, pela companhia, no decorrer de 2010, as quais, no final do exercício, eram mantidas em tesouraria (não haviam sido canceladas), contabilizadas em conta redutora do patrimônio líquido. Desta forma, nossa geração de caixa operacional em 2010 foi suficiente para suprir toda a necessidade de capital de giro da Companhia e 96% dos investimentos realizados em 2010, no valor de R\$29,7 milhões. Os investimentos realizados em 2010 incluem as construções de 21 pontos de venda (17 novas lojas próprias, 2 expansões de lojas próprias e 2 outlets) inaugurados em 2010, bem como investimentos em nossa operação de retardarda e centro de distribuição e investimentos relacionados a lojas próprias que esperamos inaugurar nos primeiros meses de 2011. **Investimentos:** Em 2010, nosso investimento total somou R\$29,7 milhões, dos quais R\$24,5 milhões referem-se à construção e montagem de pontos de venda (incluindo lojas próprias e outlets) e manutenção de pontos de venda existentes; e R\$5,2 milhões referem-se à operação de retardarda e centro de distribuição da Companhia. Os investimentos em pontos de venda incluem as construções de 17 novas lojas próprias, 2 expansões de lojas próprias e 2 operações de *outlet* inauguradas em 2010, bem como parte dos investimentos relacionados a lojas próprias que esperamos inaugurar nos primeiros meses de 2011. **Perspectivas:** Pretendemos manter nossa posição como uma das principais empresas varejistas do setor de vestuário e acessórios de moda feminina de alto padrão no Brasil, continuando a satisfazer e encantar nossos clientes, através das marcas "Le Lis Blanc Deux" e "Bo.Bô Bourgeois Bohème", em todos os aspectos de nossos negócios, por meio de nossos produtos de alto padrão, da experiência de compra em nossas lojas, de nosso atendimento diferenciado e de nossa revista própria. Em 2011, conforme plano de expansão da Companhia, divulgamos em 2010, planejamos inaugurar 28 lojas próprias da marca Le Lis Blanc e 14 lojas próprias da marca Bo.Bô. Desta forma, esperamos terminar o ano de 2011 com um total de 75 lojas próprias da marca Le Lis Blanc e 24 lojas próprias da marca Bo.Bô. Inauguramos a primeira loja própria de 2011 na cidade de São Paulo em 15 de fevereiro de 2011 (loja Le Lis Blanc). Adicionalmente, continuaremos a explorar oportunidades de melhorias operacionais, que esperamos que reduzam custos, despesas e capital empregado. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Restoque informa que os serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, foram todos relacionados ao procedimento de auditoria externa.

Luis Fernando Cunha Ryan  
Diretor de Relações com Investidores

**Demonstrações do Resultado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			
	Notas	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Receita operacional líquida</b>		351.091	262.522	267.341
Custo dos produtos vendidos		(119.955)	(96.146)	(95.788)
<b>Lucro bruto</b>		231.136	166.376	171.553
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		(46.737)	(38.356)	(39.404)
Despesas gerais e administrativas	20	(110.262)	(90.468)	(92.539)
Despesas com vendas	22	(8.408)	(7.282)	(7.494)
Despesas financeiras	22	3.552	3.025	3.025
Receitas financeiras	28	(1.172)	(1.903)	(1.935)
Despesas de depreciação e amortização		(115)	(113,12)	(113,90)
Outras receitas e despesas		-	1.201	-
Equivalência patrimonial		(175.142)	(156.095)	(160.737)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		55.994	10.281	10.816
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	(8.925)	(1.305)	(1.305)
Imposto de renda e contribuição social	23.1	(10.014)	(2.333)	(2.868)
<b>Lucro líquido do período</b>		37.055	6.643	6.643
Lucro por ação em Reais	19.4	0,65381	0,11603	0,11603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		
	Notas	31/12/10	31/12/09
<b>Das atividades operacionais</b>		55.994	10.281
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		55.994	10.281
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado		-	-
nas atividades operacionais:		-	-
Depreciações e amortizações		13.172	12.892
Custo líquido de ativos imobilizados e intangíveis baixados		2.093	-
Equivalência patrimonial		-	(1.201)
Provisão para contingências		854	320
Despesa (receita) de juros		473	532
Provisão para devedores duvidosos		365	199
Provisão para participação nos lucros e resultados		5.124	2.778
Plano de opções de compra de ações		120	382
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.014)	(2.333)
Provisão para perdas em estoques		589	2.460
		68.770	26.310
<b>Mudanças nos ativos e passivos</b>		(16.330)	(18.299)
Contas a receber de clientes		(29.652)	(37.455)
Estoques		(1.649)	(404)
Impostos a recuperar		(831)	(202)
Despesas antecipadas		(678)	(472)
Outros créditos		(486)	(47)
Depósitos judiciais		6.523	6.278
Fornecedores		-	2.135
Partes relacionadas		152	(494)
Contas a pagar com substituição de licenciadas		1.662	3.248
Obrigações tributárias		954	3.969
Obrigações trabalhistas		-	-
Dividendos a pagar		65	(86)
Juros pagos por financiamentos		1.243	(497)
Outras contas a pagar		30.694	17.694
Adiantamentos diversos		-	(502)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		52.640	7.985
<b>Das atividades de investimento</b>		(20.127)	(9.673)
Acrescimo do imobilizado		-	-
Acrescimo do intangível (líquido de adições a investimentos)		(9.571)	(1.302)
Adições a investimentos, líquidos de caixa adquirido (incluindo ágios)		-	2.210
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(29.698)	(8.765)
<b>Das atividades de financiamento</b>		1.643	(10.626)
Financiamentos		51.140	-
Variação cambial s/ financiamentos		(1.178)	-
Redução de capital		(20.038)	-
Ações em tesouraria		(7.427)	-
Dividendos pagos		(10.745)	(20.573)
Contas a pagar com acionistas		(2.103)	(1.936)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento com acionistas		9.649	(22.509)
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>		10.644	(13.580)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		24.584	38.164
No início do exercício		35.228	24.584
No final do período		10.644	(13.580)
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>		10.644	(13.580)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora			
	Notas	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>		151.188	-	-
Gastos com abertura de capital		-	14.787	-
Plano de opções de compra de ações	19.2	-	-	-
Plano de opções de compra de ações - reversão	19.2	-	-	629
Dividendos intercarrados pagos	19.3	-	-	(247)
Lucro líquido do exercício	19.3	-	-	-
Destinação		-	-	-
Reserva legal	19.3	-	-	-
Dividendo adicional proposto	19.3	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>		151.188	971	951
Plano de opções de compra de ações	19.2	-	-	120
Ações em tesouraria	19.2	-	-	(7.427)
Dividendos intercarrados pagos	19.3	-	-	-
Distribuição de dividendo adicional proposto	19.3	-	-	(586)
Redução capital social	19.3	(20.038)	-	-
Lucro líquido do período		-	-	37.055
Destinação		-	-	-
Reserva legal		-	1.853	(1.853)
Ações em tesouraria		-	-	(7.427)
Reserva de lucros		-	17.616	(17.616)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>		131.150	971	1.071

a demonstração de resultado e dos fluxos de caixa consolidados, apresentados pela Companhia para fins de comparação, compreende suas operações até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e as operações dessas controladas até a data de suas incorporações. As demonstrações de resultado e de fluxo de caixa consolidados foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Nas demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa consolidados foram eliminados os ativos, passivos, receitas e despesas e lucros não realizados entre empresas. **2.1. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.2. Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período. **2.3. Apuração do Resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda e o respectivo custo são reconhecidos quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **2.5. Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presentes (na ocorrência de efeitos relevantes) e de realização, líquidas das comissões pagas a mantenedoras de cartões de crédito, reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir possíveis perdas), com registro no resultado do exercício. A Companhia pode transacionar antecipação de recebíveis sem direito de regresso, cujas eventuais despesas financeiras são reconhecidas integralmente na contratação da antecipação. **2.6. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição e formação (inclui matéria-prima, insumos aplicados, mão-de-obra, despesas de importação e fretes) e que não exceda o valor de mercado ou o custo de reposição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou de perda com estoques de coleções superadas são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, decorrente do monitoramento permanente dos itens. **2.7. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas foram avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora até a data da incorporação das mesmas, conforme descrito na nota 7. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos da controladora é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Em 31 de dezembro de 2009 e 2010 a Companhia não possuía subsidiárias. **2.8. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou instalação de loja, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, considerando os prazos contratuais de locação quando aplicável, descritas na Nota 8. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e também efetua, pelo menos anualmente, revisões da vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Quando alterações são necessárias, os ajustes são efetuados de forma prospectiva. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos (goodwill) também são submetidos ao teste de avaliação do valor recuperável anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Gastos com implantação de lojas, que geram benefícios para mais de um período, são amortizados pelo método linear a taxas descritas na Nota 9, em conexão com o prazo de recuperabilidade, o qual é avaliado periodicamente pela Companhia. **2.10. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas

evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.12. Ativos e passivos monetários:** a) Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar e empréstimos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no

Após um período de ambiente econômico incerto, ao final de 2008 e início de 2009, 2010 foi um ano de retomada do plano de expansão da Companhia. Alcançamos um crescimento de receita líquida de 31% entre 2009 e 2010, propiciado principalmente por: • 17 novas lojas próprias (11 lojas próprias Le Lis Blanc e 6 lojas próprias da marca Bo.Bô); • Crescimento de receita bruta em lojas comparáveis (*same-store sales*) de 15,2% (quando comparado a 2009); • Crescimento de receita bruta de 40,1% em nossa operação de atacado, em função do aumento do número de clientes. Dessa forma, encerramos o ano de 2010 com 47 lojas próprias Le Lis Blanc, 10 lojas próprias da marca Bo.Bô e 4 lojas licenciadas da marca Le Lis Blanc, além de 2 operações de *outlet* da marca Le Lis Blanc. Com o crescimento do número de lojas próprias, aumentamos a área média de vendas das lojas próprias em 15%, comparada a 2009. A produtividade cresceu 11% no mesmo período, de forma que o crescimento de receita líquida das lojas próprias foi de 28% em 2010, quando comparado a 2009. Apesar do forte crescimento de receita, continuamos focando nossos esforços em ganhos de rentabilidade. Obtivemos ganhos de margem bruta (principalmente em função de aumentos de *mark-up* ao longo do ano de 2010) e reduzimos despesas com vendas, gerais e administrativas (como percentual da receita), de forma que atingimos um EBITDA de R\$74,0 milhões, 21,1% de margem EBITDA, contra R\$28,2 milhões em 2009, crescimento de 162%. Planejamos continuar nosso crescimento no número de lojas próprias em 2011, assim como explorar outras oportunidades de melhorias operacionais. **Destaque do Período:** • Inauguração de 21 pontos de venda em 2010 (17 novas lojas próprias, 2 expansões de lojas já existentes e 2 outlets); • Crescimento das vendas brutas em lojas comparáveis (*same-store sales*) de 15,2% em 2010; • Crescimento na Receita Líquida de 31,3% em 2010 (R\$351,1 milhões vs. R\$267,3 milhões em 2009); • Crescimento de EBITDA de 162,3% em 2010 (R\$74,0 milhões vs. R\$28,2 milhões em 2009). A margem EBITDA alcançou 21,1% em 2010 (contra 10,6% em 2009); • Crescimento no Lucro Líquido 457,8% em 2010 (R\$37,1 milhões vs. R\$6,6 milhões em 2009). A margem líquida alcançou 10,6% em 2010 (contra 2,5% em 2009). **Desempenho Operacional de Lojas:** Encerramos o ano de 2010 com 47 lojas próprias e 4 lojas licenciadas da marca Le Lis Blanc e 10 lojas próprias da marca Bo.Bô, 17 lojas próprias a mais do que possuíamos no final do ano de 2009. Ao final de 2010, nossa área de vendas das lojas próprias foi de 17.993m². Em comparação com o final de 2009, crescemos 28,9% nossa área de vendas de lojas próprias (passando de uma base de 40 lojas próprias e 13.956m² para 57 lojas próprias e 17.993m² em 2010). Em 2010, nossa área de vendas média por loja própria era de 316m², sendo 365m² a área média das lojas próprias Le Lis Blanc e 85m² a área média das lojas próprias Bo.Bô.

	Em 31 de dezembro de		
	2009	2010	Var %
Número de Lojas Próprias Le Lis Blanc	36	47	10
Número de Lojas Próprias Bo.Bô	4	10	4
<b>Número Total de Lojas Próprias</b>	<b>40</b>	<b>57</b>	<b>4</b>
Número de Lojas Licenciadas	4	4	-
Área de vendas das Lojas Próprias Le Lis Blanc (m²)	13.435	17.139	26,8%
Área			



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ncimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudança significativa, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.15. Benefícios a funcionários e dirigentes:** A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-saída da Companhia. Os programas de benefícios a funcionários e dirigentes são: a) Participação nos Lucros e Resultados (PLR); A Companhia desenvolveu um programa de participação de empregados nos resultados, baseado em indicadores e parâmetros estabelecidos pela administração, avaliados periodicamente; b) Plano de reserva de opções de ações "stock options", classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida da conta de Reserva de Capital no Patrimônio Líquido. Vide detalhes na nota 26. **2.16. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e Premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de premissas nas quais a Administração acredita, com base nos dados históricos e informações disponíveis para o mercado. O valor recuperável é sensível às premissas utilizadas incluindo a taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. A Companhia não identificou condições ou evidências que pudessem indicar a deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos nos exercícios apresentados. **Transações com Pagamentos Baseados em Ações:** A Companhia mensura o custo de outorga de opções de ações para funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 26. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.18. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (I) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (II) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) Obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.19. PIS e COFINS não cumulativos:** Os procedimentos de alocação dos créditos de PIS e COFINS são baseados nos seguintes critérios: os débitos decorrentes das vendas de produtos são apresentados como deduções de vendas no demonstrativo de resultado. Os créditos decorrentes da (I) compra de matérias-primas, (II) serviços e outros insumos ligados à produção, (III) dos saldos iniciais dos estoques (IV) e da depreciação, previstos nas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos e vendas com vendas, gerais e administrativas na demonstração do resultado. **2.20. Arrendamento mercantil operacional:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substanciais relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **2.21. Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **2.22. Segmentos operacionais:** A Administração entende que a divulgação de segmentos operacionais não é aplicável às atividades da Companhia, pois efetua o monitoramento de suas atividades, avaliação de desempenho e tomada de decisão para alocação de recursos ao nível de loja (e não ao nível de segmentos operacionais). **2.23. Reclassificações:** Em dezembro de 2010, a Companhia efetuou a reclassificação das receitas diferidas (R\$ 1.251) proveniente da veiculação de propaganda em revista própria do grupo de Receitas para o grupo de Despesas com Vendas. Os valores referentes ao ano de 2009 (R\$1.731) também foram reclassificados para efeito comparativo. **2.24. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:** A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: • Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e suas controladas e outras atividades que não são de investimento e de financiamento; • Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; • Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos. A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders). **3. Adoção dos CPCs:** Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRG/AAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC até 31 de dezembro de 2010, consequentemente as presentes demonstrações financeiras estão de acordo com as normas pre-

vistas pelos CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Não existiam diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas. **3.1. Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva:** O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional): As seguintes isenções foram adotadas pela Companhia a) CPC 15 - Combinações de negócios não foi aplicado para aquisições que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009; b) A Companhia aplicou as disposições transitórias do IFRS 3 - "Determinação da Existência de Leasing e uma operação" avaliando todos os contratos na data da transição; c) CPC 27 - A Companhia optou por não avaliar/re-mensurar o seu ativo imobilizado a valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõem o saldo deste ativo, a vida útil esta razoavelmente refletida na taxa de depreciação e a relevância deste critério; As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações financeiras na data da adoção inicial: a) Benefícios a empregados - CPC 33 (IAS 19): A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. b) Contratos de seguros - CPC 11 (IFRS 4): A norma não é aplicável às operações da Companhia. O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam: a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC. b) Registro de operações de hedge: A Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição. c) Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores. d) Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente: A norma não é aplicável às operações da Companhia. **3.2 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB foram publicados, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2010: a) IFRS 1 (emenda), Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais, efetivo para exercícios com início em 1 de julho de 2010; b) IAS 12, Impostos diferidos - Recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo das IAS 40, efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2012; c) IAS 24, Divulgação de partes relacionadas, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2011; d) IAS 32, Classificação de emissões de direitos sobre ações, efetivo para os períodos iniciados em fevereiro de 2010; e) IFRS 7 (emenda), Transferência de Ativos Financeiros, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2013; f) IFRS 9, Instrumentos financeiros, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2013; g) IFRIC 14 (emenda) Pagamentos antecipados quando há obrigação de se manter um nível mínimo de financiamento, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2011; h) IFRIC 19, Extinção de Passivos Financeiros com instrumentos de patrimônio, efetivo para os exercícios com início em 01 de julho de 2010.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** Representado por:

	2010	2009	01/01/2009	01/01/2009
Bancos	3.512	4.818	4.629	5.067
Aplicações Financeiras	31.716	19.766	33.535	33.535
<b>Total</b>	<b>35.228</b>	<b>24.584</b>	<b>38.164</b>	<b>38.602</b>

As aplicações financeiras correspondem substancialmente a Certificados de Depósito Bancários remunerados pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). As taxas pactuadas, que remuneram esses investimentos, variam de 100% a 112% da variação do CDI.

**5. Contas a receber:** Representado por:

	2010	2009	01/01/2009	01/01/2009
Cartões de Crédito	62.962	49.371	32.915	35.059
Clientes - Pessoa Jurídica	9.425	6.686	4.843	5.052
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(564)	(199)	-	-
<b>Total</b>	<b>71.823</b>	<b>55.858</b>	<b>37.758</b>	<b>40.111</b>

O risco de crédito da Companhia é minimizado à medida que a parcela substancial da carteira de recebíveis é intermediada pelas empresas administradoras de cartão de crédito. Desta forma, o risco de inadimplência é transferido para as administradoras. O saldo de clientes pessoa jurídica representa principalmente vendas efetuadas para lojas licenciadas e multimarcas, para as quais são feitas análises de crédito seletivas. Em 31 de dezembro de 2010, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa utilizando-se como premissas os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias. A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2010:

	2010	2009
<b>Vencidos</b>	<b>70.982</b>	
Até 30 dias	573	
De 31 a 60 dias	169	
De 61 a 90 dias	59	
Acima de 90 dias	40	
<b>Total</b>	<b>71.823</b>	

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2010:

	2010	2009
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>Controladora</b>	
Saldo em 01 de janeiro de 2009	199	
Complemento de provisão no exercício	-	
Valores baixados da provisão	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>199</b>	
Complemento de provisão no exercício	420	
Valores baixados da provisão	(55)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>564</b>	

**6. Estoques:** Representado por:

	2010	2009	01/01/2009	01/01/2009
Mercadorias para Revenda	44.946	27.643	21.997	22.859
Matérias-Primas	12.656	11.539	9.743	9.743
Mercadorias em Poder de Terceiros	13.475	4.004	6.614	6.614
Importações em Andamento	2.582	807	2.064	2.064
Embalagens	278	522	304	305
Almoarifado	-	279	327	327
(-) Provisão para perda	(2.810)	(2.730)	(270)	(270)
<b>Total</b>	<b>71.127</b>	<b>42.064</b>	<b>40.779</b>	<b>41.642</b>

No final de 2009 os critérios para a provisão para perda foram alterados, uma vez que a Companhia os considera mais conservadores, para: • Produto acabado - provisão baseada na coleção duvidosos, por idade de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2010; • Matéria-prima - provisão baseada no período sem movimentação dos itens. A movimentação da provisão para perda está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2009	270
Complemento de provisão no exercício	2.460
Valores baixados da provisão	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>2.730</b>
Complemento de provisão no exercício	2.476
Valores baixados da provisão	(2.396)
<b>Saldo Final em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.810</b>

**7. Investimentos:** Em continuidade ao seu plano de expansão, a Companhia assumiu as operações de três lojas por meio da aquisição de três empresas de suas licenciadas, situadas em Recife e Florianópolis, conforme descrito a seguir: a) Em 14 de julho de 2008, foi elaborado instrumento particular de cessão de cotas de participação de capital social, onde a Companhia pagou pela aquisição da totalidade das cotas da empresa CF Comércio de Roupas Ltda., o valor de R\$1.917, sendo o patrimônio líquido na data da aquisição avaliado pelo valor de R\$30, constituindo assim um ágio no valor total de R\$1.887. A recuperação deste ágio se deu no prazo de 2,5 anos, pela expectativa de rentabilidade futura, com início a partir de julho de 2008. b) Na mesma data, foi elaborado instrumento particular de cessão de cotas de participação de capital social, onde a Companhia pagou pela aquisição da totalidade das cotas da empresa SH Recife Comércio de Roupas Ltda., o valor de R\$2.274, sendo o patrimônio líquido na data da aquisição avaliado pelo valor de R\$34, constituindo assim um ágio no valor total de R\$2.240. A recuperação deste ágio se deu no prazo de 2,4 anos, pela expectativa de rentabilidade futura, com início a partir de julho de 2008. c) Em 11 de agosto de 2008, foi elaborado instrumento particular de cessão de cotas de participação de capital social, onde a Companhia pagou pela aquisição da totalidade das cotas da empresa Marthi Comércio do Vestuário Ltda., o valor de R\$1.750, sendo o patrimônio líquido na data da aquisição avaliado pelo valor de R\$159, constituindo assim um ágio no valor total de R\$1.591. A recuperação deste ágio se deu no prazo de 2,4 anos, pela expectativa de rentabilidade futura, com início a partir de agosto de 2008. d) Em 14 de janeiro de 2009 foi celebrado o protocolo de justificação e incorporação das investidas Marthi Comércio do Vestuário Ltda., CF Comércio de Roupas Ltda. e SH Recife Comércio de Roupas Ltda. pela Companhia, não havendo aumento do capital social ou emissão de novas ações. Em 30 de janeiro de 2009, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada integralmente a operação. Durante o terceiro trimestre de 2009 foram finalizados os trâmites operacionais para a incorporação das empresas controladas anteriormente mencionadas, sendo que em 17 de agosto de 2009 foi efetivada a incorporação da empresa Marthi Comércio do Vestuário Ltda. e no dia 19 de agosto de 2009 foram efetivadas as incorporações das empresas CF Comércio de Roupas Ltda. e SH Recife Comércio de Roupas Ltda. São representados por:

	Investimento (patrimônio)	Ágio	Investimento (incluindo ágio)	Equivalência
	613	1.887	2.500	390
	824	2.240	3.064	494
	774	1.591	2.365	317
	-	(1.115)	(1.115)	-
	2.211	4.603	6.814	1.201

**Informações até a data de Incorporação (Agosto de 2009) - Controladora Empresas**

	% - Participação	Patrimônio líquido	Resultado
CF Comércio de Roupas Ltda.	100	613	390
SH Recife Comércio de Roupas Ltda.	100	824	494
Marthi Comércio do Vestuário Ltda.	100	774	317
(-) Amortização de ágio	-	-	-
<b>Total</b>		<b>2.211</b>	<b>1.201</b>

Composição dos principais grupos de contas patrimoniais e de resultado:

**Saldos até a data de Incorporação - Agosto de 2009**

	CF Comércio de Roupas Ltda.	SH Recife Comércio de Roupas Ltda.	Marthi Comércio do Vestuário Ltda.
Ativo circulante	794	1.043	994
Ativo não circulante	16	-	146
Passivo circulante	197	219	366
Passivo não circulante	-	-	-
Patrimônio líquido	613	824	774
<b>Resultado</b>	<b>CF Comércio de Roupas Ltda.</b>	<b>SH Recife Comércio de Roupas Ltda.</b>	<b>Marthi Comércio do Vestuário Ltda.</b>
Receita líquida de vendas	2.635	3.149	2.229
Custos das vendas	(1.344)	(1.547)	(1.260)
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(742)	(877)	(508)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(159)	(231)	(144)
Lucro	390	494	317

**8. Imobilizado líquido:** Representado por:

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Equipamentos de Informática	Benfeitoria Imóvel de Terceiros (1)	Imobilizado em Andamento	Outros (2)	Total
<b>Saldo em 01/01/2009</b>	<b>9.565</b>	<b>1.174</b>	<b>1.254</b>	<b>298</b>	<b>1.083</b>	<b>21.051</b>	<b>6.392</b>	<b>744</b>	<b>41.561</b>
Adições	2.800	1.089	320	68	478	7.593	10.898	341	23.587
Baixas	-	(6)	-	(5)	(1)	-	(13.882)	-	(13.894)
Depreciação	(1.291)	(344)	(192)	(73)	(349)	(6.390)	-	(480)	(9.119)
Transferência e outros	447	1.376	71	-	2	535	(2.584)	153	-
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>11.521</b>	<b>3.289</b>	<b>1.453</b>	<b>288</b>	<b>1.213</b>	<b>22.789</b>	<b>824</b>	<b>758</b>	<b>42.135</b>
Adições	2.088	641	3	155	986	4.138	11.830	286	20.127
Baixas	(4)	(62)	-	3	(17)	12	(6)	67	(7)
Depreciação	(1.370)	(327)	(201)	(52)	(396)	(7.120)	(10.058)	(241)	(9.707)
Transferência e outros	2.668	1.192	-	-	276	4.557	(10.058)	431	(934)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>14.903</b>	<b>4.733</b>	<b>1.255</b>	<b>394</b>	<b>2.062</b>	<b>24.376</b>	<b>2.590</b>	<b>1.301</b>	<b>51.614</b>

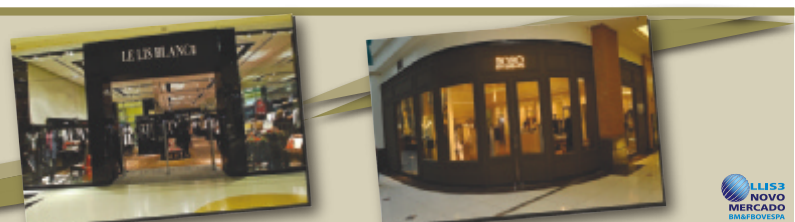
(1) Referente às benfeitorias em lojas, as quais são depreciadas em conexão com o prazo de locação contratual; (2) Referentes a manequins, cabides e correlatos; A Companhia divulga a movimentação do imobilizado com as informações da controladora, pois a diferença entre consolidado e controladora é irrelevante. A Companhia contratou serviços especializados para levantamento físico visando à avaliação da vida útil dos bens e a reconciliação por localidade, utilizando-se como data-base 31 de dezembro de 2009. Como resultados deste trabalho foram feitas: • Reclassificações entre contábeis; • Reconfirmação da vida útil adotada e adequação de novas taxas a qual resultou numa redução da depreciação anual de 2010; • Avaliações do valor residual, cuja diferença com relação ao valor contabilizado foi julgada como substancialmente inexistente. A administração não identificou bens ou conjunto de bens de valores relevantes que apresentassem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo, portanto, não houve necessidade de ajustar os valores registrados na contabilidade.

**9. Investimentos:** Representado por:

	Abertura de lojas (1)	Gastos com desenvolvimento de coleção	Vida Útil Definida Gastos com implantação e licença de software	Marcas e Patentes	Fundo de Comércio	Vida Útil Indefinida Ágio por rentabilidade futura	Total
<b>Saldo em 01/01/2009</b>	<b>15.774</b>	<b>431</b>	<b>1.349</b>	<b>738</b>	<b>2.659</b>	<b>4.603</b>	<b>25.544</b>
Adições	-	769	868	723	-	-	2.360
Baixas	-	(11)	(11)	(19)	-	-	(30)
Amortização	(3.377)	(1.027)	(417)	-	-	-	(4.821)
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>12.397</b>	<b>173</b>	<b>1.789</b>	<b>1.442</b>	<b>2.659</b>	<b>4.603</b>	<b>23.063</b>
Adições	4.890	899	1.005	107	2.670	-	9.571
Baixas	27	(685)	-	-	-	-	(658)
Amortização	(3.361)	-	(598)	-	-	-	(3.959)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>13.953</b>	<b>387</b>	<b>2.196</b>	<b>1.549</b>	<b>5.329</b>	<b>4.603</b>	<b>28.017</b>

(1) Os gastos com implantação de lojas referem-se a gastos incorridos e comprometidos com os esforços de abertura de novas lojas, incluindo o ônus da substituição de lojas licenciadas por lojas próprias, os quais são amortizados em média pelo prazo de cinco anos em conexão com o período estimado de recuperabilidade; (2) Referem-se aos gastos específicos incorridos no desenvolvimento de futuras coleções, os quais serão amortizados pelo período de vigência da mesma, no grupo de Despesas Gerais e Administrativas; (3) Substancialmente apresentado pela marca Bo.Bô; (4) Ágio por rentabilidade futura; (5) Refere-se ao valor de luvas pagas aos proprietários dos pontos comerciais, não sendo amortizado. A realização ocorrerá quando da eventual alienação dos pontos comerciais, ou pela sua redução de recuperação. A Companhia divulga a movimentação do intangível com as informações da controladora, pois a diferença entre consolidado e controladora é irrelevante. **10. Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment":** A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos. Em 31 de dezembro de 2010, redução ao seu valor de recuperação.

11. Empréstimos e financiamentos



...continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009** (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

porado. Em 2009 foi utilizado o montante de R\$ 14.787 para absorção dos gastos referentes a comissões dos bancos coordenadores e serviços de consultoria financeira, jurídica e de mercado na preparação do processo de abertura de capital e na captação de recursos. **Outorga de ações:** Refere-se ao reconhecimento da despesa de pagamentos com base em ações de acordo com o período de concessão. **Ações em tesouraria:** Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social ("Programa"), uma vez que, mantidas as mesmas condições conjunturais da economia, os Conselheiros entenderam que a aquisição de ações da Companhia corresponde a uma aplicação para os recursos financeiros disponíveis da Companhia que irá reverter em favor dos acionistas, sendo a quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas de 2.374.001, que correspondiam a 10% das ações em circulação na data do estabelecimento do Programa. O valor total a ser utilizado no Programa foi limitado a 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao 1º trimestre de 2010 e em cada trimestre subsequente durante o prazo de duração do mesmo, a menos que o Conselho de Administração aprovasse outro limite. A vigência do Programa foi estabelecida em 365 dias, expirando-se em 13 de maio de 2011. Em 22 de novembro de 2010 o Conselho de Administração autorizou a Companhia a utilizar o lucro auferido no 3º trimestre de 2010 para aquisição de ações de sua emissão, nos termos do Programa. Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia adquiriu 574.200 ações ordinárias pelo montante de R\$7.427, totalizando um custo médio R\$ 12,92 por ação, sendo o custo mínimo R\$ 7,16 e o máximo R\$ 14,31. A cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 17,10. A Companhia até 31 de dezembro de 2010 não alienou ações adquiridas no Programa. **19.3. Destinação de lucros:** A destinação de lucros obedece às determinações de seu estatuto social, que compreende: • 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado. • Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva de contingência).

	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	37.055	6.643
Destinação		
Reserva Legal	1.853	(332)
Dividendo mínimo obrigatório	8.801	1.578
(-) Dividendo pago antecipadamente	10.159	5.725
<b>Saldo remanescente</b>	<b>25.043</b>	<b>586</b>

(-) Reserva de lucros por ações em tesouraria

Até 31/12/2010 (7.427) -  
Após 31/12/2010 (vide nota 26) (3.633) -  
(=) Saldo disponível 13.983 586  
**Dividendo mínimo por ação** 0,15389 0,027563

O saldo de lucro líquido após proposição de dividendos mínimos obrigatórios, totalizando R\$13.983 em 31 de dezembro de 2010, foi destinado para Reserva de Lucros. **Reserva de lucros e dividendos intercalares de 2010:** Em 13 de maio de 2010 foi deliberado, conforme Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$3.005, tendo direito aos mesmos os acionistas que constavam da posição acionária de fechamento da Companhia junto ao Banco Itaú S.A. na data de 17 de maio de 2010. Estes dividendos foram pagos em 25 de maio de 2010 e serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2010. Em 11 de agosto de 2010 foi deliberado, conforme Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$7.154, tendo direito aos mesmos os acionistas que constavam da posição acionária de fechamento da Companhia na data de 16 de agosto de 2010. Estes dividendos foram pagos em 25 de agosto de 2010 e foram imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2010. **19.4. Lucro por ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2010	2009
<b>Básico</b>		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	37.055	6.643
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias	57.189	57.250
<b>Lucro por Ação - Básico</b>	<b>0,65380</b>	<b>0,11603</b>
	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Diluído</b>		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	37.055	6.643
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias	57.189	57.250

**Mais:**  
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações

Total	329	494
	57.518	57.744
<b>Lucro por Ação - Diluído</b>	<b>0,64424</b>	<b>0,11504</b>

**20. Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas (compostas principalmente por aluguel da sede e de lojas) aumentaram de R\$ 39.404 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 46.737 em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função do crescimento das operações. **21. Despesas com vendas:** As despesas com vendas (compostas principalmente por despesas com salários, comissões de vendas, encargos e despesas com marketing) aumentaram de R\$ 92.539 em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 110.262 em 31 de dezembro de 2010 principalmente em função do crescimento das operações.

**22. Resultado financeiro**

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros	(197)	(373)
Comissão de Cartão de Crédito (2)	(7.045)	(5.826)
Despesas Bancárias	(209)	(198)
Atualização Monetária (1)	(456)	(164)
Outras	(501)	(721)
<b>Total</b>	<b>(8.408)</b>	<b>(7.494)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento de Aplicação Financeira	2.145	2.748
Juros e Variação Cambial	1.407	277
<b>Total</b>	<b>3.552</b>	<b>3.025</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(4.856)</b>	<b>(4.469)</b>

(1) Refere-se substancialmente à correção anual do saldo à pagar aos acionistas, com reajuste baseado na variação do IGP/M e cujo pagamento se dará em 60 meses (conforme mencionado na nota 15.1). (2) Referem-se a taxas de comissão com os administradores e adquirentes dos cartões de crédito, instrumento utilizado para o recebimento de parcela substancial das receitas. Vide nota 2.2.5. **23. Imposto de renda e contribuição social:** 23.1. **Saldos correntes:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

**23.2. Créditos tributários**

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
<b>Créditos Tributários:</b>		
Resultantes da Incorporação (1)	24.337	24.337
(-) Amortização	(15.584)	(11.077)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferidos sobre outras diferenças temporárias	2.905	3.043
<b>Total</b>	<b>11.658</b>	<b>16.303</b>

Decorrente de:

Prejuízos Fiscais a serem compensados com lucros tributáveis futuros-IRPJ (2)	-	3.147	2.344	2.344
Base de Cálculo Negativa a ser compensada com lucros tributáveis futuros-CSSL (2)	-	1.133	843	843
<b>Total Geral</b>	<b>11.658</b>	<b>20.583</b>	<b>21.888</b>	<b>21.888</b>
Parcela Circulante	4.507	4.507	4.507	4.507
Parcela Não Circulante	7.151	16.076	17.381	17.381

(1) Em 30 de julho de 2007, a Companhia incorporou a empresa controladora EDGE 2, absorvendo o seu acervo líquido representado parcialmente por um ágio de R\$67.065 (ajustado para R\$54.263), líquido da provisão contábil no valor de R\$44.263 (ajustado para R\$45.366), que reduziu o ágio ao valor de crédito tributário recuperável para o valor de R\$22.802. Em 27 de março de 2008, foi aprovado o protocolo de justificação da incorporação da empresa EDG Participações pela Companhia. Esta empresa é resultante da reorganização societária da EDG. Em decorrência da incorporação, a Companhia recebeu o acervo líquido da EDG Participações, apurado por um laudo de avaliação a valor contábil, no montante de R\$1.535, que foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia e reconhecido como reserva de ágio. A recuperação destes ágios (EDGE2 e EDG) se dará no prazo de 5,4 anos, conforme laudo de avaliação econômica de peritos avaliadores independentes. (2) A Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de anos anteriores, que são compensados no curso normal das atividades com lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de prejuízo fiscal já foi todo utilizado. **23.3. Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas:** A conciliação da despesa calculada pela alíquota combinada e da despesa de imposto de renda e contribuição social do resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Lucro antes das provisões tributárias	55.994	10.281
Alíquota Nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota efetiva	19.038	3.495

**Ajustes para cálculo da taxa efetiva sobre realização de despesas não dedutíveis da base**

	2010	2009
Adições de Provisões Indedutíveis	810	4.735
Exclusão de Provisões Indedutíveis	(635)	(541)
Amortização do Ágio (1)	(4.896)	(4.636)
Realização do saldo de prejuízo fiscal	(4.279)	(916)
Cálculo nominal do adicional de IRPJ	(24)	(24)
Registro de saldo complementar (2)		220
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.014	2.333

(1) Referem-se principalmente a amortização dos ágios da EDG e EDG2, além dos ágios referentes a aquisição de três empresas de suas licenciadas CF Comércio de Roupas Ltda, SH Recife Comércio de Roupas Ltda e Marthi Comércio de Roupas Ltda. (2) A despesa de Imposto de Renda e Contribuição social do resultado de 31 de dezembro de 2009 refere-se ao complemento de exercícios anteriores. **24. Ônus, responsabilidades eventuais e compromissos:** A Companhia tem compromissos assumidos com arrendadores de diversas lojas, incluindo operacionais e aquelas em desenvolvimento, já contratados em 31 de dezembro de 2010. Os valores de alugueis são compostos de valores fixos mensais reajustáveis, e em percentual sobre o faturamento da loja, prevalecendo dos dois o maior, sendo que em dezembro o aluguel fixo mínimo é considerado em dobro. O valor conhecido dos compromissos assumidos é de:

	Aluguel
2011	10.854
2012	9.457
A partir de 2013	14.445
<b>Total</b>	<b>34.756</b>

**25. Cobertura de seguros:** A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Tipo de risco	Objeto	Montante da cobertura
Seguro de vida	Cobertura danos pessoais - viagens	1.169
Veículo	Frota de veículo	2.812
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	800
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	57.924

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **26. Plano de outorga de opções de ações:** Em 1 de abril de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de opção de compra de ações, indicando administradores, empregados, colaboradores e prestadores de serviços que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída. O número de opções de compra de ações foi de 964.679 ações, limitado a 1.250.000 ações ordinárias. As ações a serem adquiridas de acordo com o exercício da opção de compra outorgada, nos termos do plano, terão todos os direitos e vantagens inerentes às demais ações ordinárias de emissão da Companhia (permanecendo em aberto em 31 de dezembro de 2010 - 329.381 ações). O preço do exercício da opção é de R\$6,75 para cada ação na data de celebração do Contrato de Opção, corrigido monetariamente pela variação do IGP-M do período entre a data do Contrato de Opção e a data da efetiva subscrição. A composição das opções concedidas e premissas econômicas estão demonstradas a seguir:

Descrição	Valor nominal em US\$	Posição Companhia	Data de Contratação
Termo de moeda	30.000	Comprador	30/12/2010

(a) Representa o valor de liquidação obtido pela Companhia no encerramento da operação em 01 de fevereiro de 2011. Como a operação de termo foi contratada em 30 de dezembro de 2010, não havendo variação significativa entre o valor contratado e o valor justo, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia optou por registrar os efeitos da transação por regime de caixa. Uma vez que a operação de termo de moeda foi liquidada em 01 de fevereiro de 2011, a administração julga não ser necessária a divulgação do quadro de análise de sensibilidade para a referida operação, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08. **Sensibilidade a taxa de câmbio:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio do dólar norte-americano (US\$), mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários). Durante o mês de janeiro, o impacto de uma possível mudança na taxa de câmbio do US\$ sobre os financiamentos da Companhia seria reduzido significativamente pela operação de termo de moeda, em valor idêntico ao valor dos financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que a operação de termo de moeda foi realizada com o objetivo de proteção (hedge) contra eventuais mudanças na taxa de câmbio do US\$ até a data de seu vencimento, em 1 de fevereiro de 2011.

Operação	Cenário base	Cenário Variação -25%	Cenário Variação -50%	Cenário Variação +25%	Cenário Variação +50%
Taxa de juros LIBOR constante					
Despesa Financeira Total Anual	(1.931)	11.043	24.016	(14.904)	(27.877)
Saldo de financiamentos em 31/12/2010 R\$ 49.962					

**Risco de Taxa de Juros:** Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. **Sensibilidade a taxas de Juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros LIBOR, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Operação	Cenário base	Cenário Variação -25%	Cenário Variação -50%	Cenário Variação +25%	Cenário Variação +50%
Taxa de câmbio R\$/US\$ constante					
Despesa Financeira Total Anual	(1.931)	(1.816)	(1.702)	(2.045)	(2.159)
Saldo de financiamentos em 31/12/2010 R\$ 49.962					

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros CDI, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis).

Operação	Cenário base	Cenário Variação -25%	Cenário Variação -50%	Cenário Variação +25%	Cenário Variação +50%
Taxa de câmbio R\$/US\$ constante					
Despesa Financeira Total Anual	(1.931)	(1.816)	(1.702)	(2.045)	(2.159)
Saldo de financiamentos em 31/12/2010 R\$ 49.962					

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros CDI, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis).

Operação	Cenário base	Cenário Variação -25%	Cenário Variação -50%	Cenário Variação +25%	Cenário Variação +50%
Taxa de câmbio R\$/US\$ constante					
Despesa Financeira Total Anual	(1.931)	(1.816)	(1.702)	(2.045)	(2.159)
Saldo de financiamentos em 31/12/2010 R\$ 49.962					

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros CDI, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis).

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros CDI, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto das aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis).

Data da outorga	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	Total
	29/04/2008	29/04/2008	29/04/2008	29/04/2008	29/04/2008
Número de opções outorgadas	241.170	241.170	241.170	241.169	-
Taxa de dividendos	5,32%	5,32%	5,32%	5,32%	-
Volatilidade	51,68%	51,68%	51,68%	51,68%	-
Taxa de juros livre de risco Vestingperiod	14,05%	14,05%	14,07%	14,09%	-
	29/04/09	29/04/10	29/04/11	29/04/12	-
R\$ - Valor justo da opção na data da outorga	1,48	1,90	2,16	2,33	-
R\$ - Total	356	457	521	563	-
Taxa estimada de não exercício (forfeiture rate)	5%	5%	5%	5%	-
R\$ - Despesa pela concessão de opção de ação (a ser reconhecida pelo período de serviço)	338	434	495	535	1.802
R\$ - Abatimento referente desligados (perda do direito de concessão)	(108)	(137)	(154)	(172)	(571)
R\$ - Despesa reconhecida em 2008	226	145	110	88	569
R\$ - Despesa reconhecida em 2009	113	217	165	134	629
R\$ - Reversão de despesa reconhecida em 2009	(44)	(85)	(65)	(53)	(247)
R\$ - Despesa reconhecida até 31 de dezembro de 2010	-	75	86	92	253
R\$ - Reversão de desligados em 2010	(25)	(32)	(36)	(40)	(133)

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas: A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor. O valor justo foi calculado na data da outorga das opções de compra de ações, com base no modelo da Black & Scholes, a ser registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquiere o direito ao exercício da opção. Este modelo é calculado com base em premissas como o valor de mercado da cotação da ação da Companhia na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato e prestação do serviço. É registrado tendo como vigência o período da prestação do serviço, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquiere o direito ao exercício da opção. No ano de 2010, a Companhia procedeu ao registro, em despesa administrativa, relativa ao plano de outorga de opções de ações o montante de R\$ 253 (R\$ 629 em dezembro de 2009), em contra partida à constituição de uma reserva de capital e também efetuou a reversão da parcela de despesa referente aos colaboradores desligados da Companhia no montante de R\$133 (R\$ 247 em 2009). **27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, todos registrados pelo valor de custo acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos e variações cambiais, os quais em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado. O principal propósito do passivo financeiro é financiar o crescimento das operações da Companhia. A Companhia não possui uma política formalizada de risco e uso de instrumentos financeiros, todavia, todas as operações referentes a empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos foram aprovados em reuniões do Conselho de Administração. A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC's 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da moeda (US\$) e variação da taxa da Libor para financiamentos e CDI para aplicações financeiras. Assim, a Companhia está exposta a risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de mercado. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variação nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de câmbio, risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2010. **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Visando eliminar, no período compreendido entre 31 de dezembro de 2010 e 1 de fevereiro de 2011, os riscos inerentes a exposição à taxa de câmbio de sua captação em moeda estrangeira, a Companhia contratou uma operação de termo de moeda com o mesmo valor de referência da captação. O vencimento da mencionada operação deu-se em 01 de fevereiro de 2011, com o pagamento de R\$147 por parte da Companhia para o banco. Em 31 de dezembro de 2010, a operação detida pela companhia é demonstrada conforme segue:

Operação	Data de Vencimento	Taxa de Termo Contratada R\$/US\$	Valor justo apurado em 31/12/2010	Valor de liquidação da operação em R\$ (a)
	01/02/2011	1,6783	(141)	(147)

Operação	Cenário Base	Cenário Variação -25%	Cenário Variação -50%	Cenário Variação +25%	Cenário Variação +50%
Receita Financeira Total Anual	3.213	2.410	1.606	4.016	4.819

Saldo de aplicações financeiras em 31/12/2010 R\$ 31.716

CDI

**Riscos de crédito:** O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas à vista e o restante por meio de cartões de crédito administrados por terceiros, conforme comentado na Nota 5. As políticas de vendas para clientes pessoas jurídicas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. **Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar uma relação de capital eficiente, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital, adequando a mesma às condições econômicas, podendo efetuar pagamentos de dividendos, redução de capital aos acionistas, recompra e alienação de ações de sua própria emissão, captação de empréstimos e financiamentos e contratação de operações com derivativos. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2009
<b>Empréstimos e financiamentos (-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações</b>	50.049	-
<b>Dívida líquida</b>	(35.228)	(24.584)
<b>Patrimônio líquido</b>	14.821	(24.584)
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	152.992	154.028
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	167.813	129.444